

REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 01.09.2017

Local: Sala 307-A do Prédio Sede

Presenças: **Integrantes do Comitê:** Juíza Gabriela Lenz de Lacerda (Coordenadora); servidores Bárbara Burgardt Casaletti (representando a DG), Juliano Machado dos Santos (representando os servidores com deficiência), Alessandra Pereira de Andrade (representando as servidoras mulheres), Eliane Margarete da Silva Abreu (representando os servidores negros) e Alessandra Barreto Krause (representando o SINTRAJUFE).

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 16h10min – 18h15min

1. Pesquisa sobre violência. A Juíza Gabriela abriu a reunião informando a respeito da pesquisa sobre violência, que está pronta e será disponibilizada por um link em e-mail remetido a todo Tribunal. Terceirizados, que não têm e-mail, poderão responder por um computador que ficará disponível no prédio sede e nas varas. **2. Pesquisa sobre temas de equidade.** A Juíza Gabriela informou ter reunião pré-agendada com as psicólogas Yáskara e Sandra para analisar a abordagem a ser adotada. Solicitou que a AGE faça os convites incluindo Paulo (SEGESP), Caroline (Csaúde) e Naiara (Projeto Pró-Equidade). As psicólogas ajudarão no acolhimento inicial de vítimas de violência e Caroline assumiria a tarefa no TRT4. Barbara relatou já ter conversado com o coordenador da Csaúde, Pedro Belli, que colocou Caroline à disposição para tal projeto. **3. Evento com servidores PCDs.** A Juíza Gabriela elogiou o evento sobre acessibilidade. Os presentes também elogiaram o seminário, mas observaram que teve muito pouca participação dos gestores do TRT4, com apenas cinco presenças. Havia mais gestores do TRF4 do que do próprio TRT4. Juliano observou que este foi o ponto negativo do evento, acrescentando que, dos servidores com deficiência, um terço compareceu. O grupo debateu como provocar maior participação, como a possibilidade de convocar as pessoas. Bárbara salientou a necessidade de capacitação porque não se pode cobrar das pessoas coisas que jamais foram conversadas. Exemplificou mencionando ter sido necessário capacitar as pessoas para que aprendessem a lidar com metas e gestão. Eliane, enfatizando a necessidade de educar as pessoas, relatou debates e ataques que sofreu no curso de gestores por EAD. **4. Acolhimento de vítimas de violência.** Bárbara defendeu a ideia de que o ambiente

mais propício para acolhimento seria o próprio Comitê, que inclui pessoas engajadas, que acreditam na causa, ao contrário de um setor designado para tal função, onde pode ocorrer de nem todo mundo acreditar na proposta. Defendeu que o comitê é o que mais faria as pessoas se sentirem à vontade para denunciar. Os presentes debatem o tema, com Alessandra Krause lembrando a dificuldade do comitê atuar dessa forma porque não é permanente e não dispõe de local fixo. Após discussão, o Comitê concordou que a melhor alternativa é concentrar o acolhimento na Caroline, psicóloga do Tribunal.

5. Leitura para trabalhadores terceirizados. Os presentes debateram a ideia de prover livros para as trabalhadoras terceirizadas, acentuando que nossa biblioteca não empresta obras para estagiários ou terceirizados. Ponderaram que os terceirizados dificilmente teriam interesse no que existe na nossa Biblioteca. O Comitê debateu várias ideias, como criar uma estante com livros, um clube de leitura ou contar histórias. O grupo decide expandir o projeto Leitura Livre para as duas salas das terceirizadas, com campanha de doação de livros acessíveis e convite para que a Comissão de Cultura também atue no projeto. Foi também sugerido o contato com Vera Agrello, servidora aposentada que dá aulas de Língua Portuguesa no Projeto Pescar e pode ter interesse. Bárbara registrou ainda um elogio ao trabalho de divulgação que vem sendo feito pela SECOM a respeito de todas as iniciativas não jurisdicionais do TRT4.

6. Conversa com terceirizadas. A Juíza Gabriela relata encontro com as trabalhadoras terceirizadas, quando ouviu relatos impressionantes de racismo e assédio sexual perpetrados por servidores e talvez até magistrados.

7. Consciência negra. A Juíza Gabriela sugeriu negociar com a empresa para liberar as terceirizadas durante uma hora a fim de que participem de evento planejado para a Semana da Consciência Negra. O Comitê debateu as possibilidades e decidiu **(a)** promover uma roda de conversa na área de acesso ao Foro Trabalhista de Porto Alegre, no dia 21/11, à tarde, buscando integrar algum elemento que chame a atenção dos transeuntes, como declamação de poesia; **(b)** manter vídeos temáticos em exibição no saguão do Prédio Sede; **(c)** exibir alerta nos computadores com alguma informação relacionada ao tema; **(d)** publicação de textos sobre a questão do racismo no portal interno, o Vox, a cargo da SECOM. Quanto a este item, Juliano informou já existir planejamento da SECOM nesse sentido; **(e)** promover ato no estilo dos Diálogos de Fim de Tarde, na Escola Judicial, com perfil mais técnico e participação de dois ativistas, às 17h de outro dia da Semana; **(f)** fazer vídeos amadores que abram ao se fazer login na rede corporativa. A Juíza Gabriela sugeriu também que Eliane faça texto para publicar no Vox ou no blog Sororidade. Eliane falará com pessoas que conhece, Adriana falará com o coletivo Quilombo e a Juíza Gabriela acionará o Cerimonial. Todos concordam que dificilmente será possível concretizar todas as ideias, mas se empenharão em fazer contatos e buscar ideias, ficando acordado que os resultados devem ser comuni-

cados para o grupo até 6/9, quarta-feira. **8. Calendário 2018.** A Juíza Gabriela destacou que o projeto do Calendário já foi veiculado pela Secom. O grupo destacou que, para incluir estatísticas no calendário, precisarão de ajuda nos dados relativos a minoria e equidade porque a SEGESP não dispõe de tais informações. O Comitê concordou em incluir dados sobre a população em geral e não apenas do TRT4. **9. Manifesto de mães.** Alessandra Andrade relatou sobre o evento em defesa dos direitos das mães, que em Porto Alegre ocorrerá na frente do viaduto da Borges de Medeiros e será feito ao mesmo tempo em 12 países e em várias cidades do Brasil. O evento incluirá a leitura de um manifesto e tratará de questões sobre desigualdade. Alessandra comenta sobre mães que perdem filhos por serem pobres, relata mecanismo de ONGs que visam lucro e atuam para “agenciar” crianças a serem acolhidas por famílias. O grupo debateu casos relacionados e Alessandra Krause informou que o Sintrajufe cederá o carro de som. Os presentes debatem a alienação parental. Dada a natureza crítica do evento em relação ao próprio Judiciário, o Comitê não dará apoio oficial ao ato. **10. Diversos.** A Juíza Gabriela informou que a capacitação com o instrutor Galli foi desmarcada e novas datas ainda não foram definidas. Comentou também sobre a coordenação do Programa Pró-Equidade de Gênero, sendo que Naiara sugeriu a servidora Júlia Viegas como sua possível sucessora. Informou ainda que a campanha HeForShe está momentaneamente suspensa pela possibilidade de ser levada para o TRF4, TRE-RS e TJM-RS. Reunião encerrada às 18h15. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

Agenda: próxima reunião agendada para 6 de outubro, sexta-feira, às 16h.